

## COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

### III Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas Portugueses.

Realizou-se de 10 a 13 de Outubro do ano corrente, no Porto e em Braga, o III Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas Portugueses. Promovido pela Biblioteca Pública Municipal do Porto e sob o patrocínio dos Ministérios do Ultramar, da Educação Nacional, e das Corporações e Previdência Social, da Fundação Calouste Gulbenkian e da Câmara Municipal do Porto, as sessões de trabalho do Encontro decorreram no Porto, na Casa do Infante, e, em Braga, na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital, cujas instalações foram amavelmente cedidas pelas entidades competentes.

Funcionaram 3 Secções com os seguintes temas e directores:

I Secção — Catálogos ideológicos: Dr.<sup>a</sup> Maria Teresa Pinto Mendes.

II Secção — A administração de Arquivos: Dr. Marcelino Pereira.

III Secção — O apoio da documentação científica e tecnológica à planificação e ao desenvolvimento nacionais: Dr.<sup>a</sup> Maria Helena Porto Costa.

As sessões de trabalho da I e II Secções decorreram no Porto das 9,30 h. às 12,30 h.; as da II Secção realizaram-se em Braga com início às 10 h.

Funcionaram também 2 Mesas redondas com os seguintes temas e relatores:

I Mesa redonda — Aspectos da formação profissional: Dr. Jorge Peixoto.

II Mesa redonda — Discussão das comunicações e dos assuntos propostos não integráveis nas Secções e Mesa anteriores: Dr. Adelino de Almeida Calado.

As discussões das Mesas redondas tiveram lugar no Porto com início às 17,30 h.

Como as conclusões técnicas ainda não foram definitivamente estabelecidas pelos Directores das Secções e pelos Relatores, que elaboram ainda os seus relatórios, apresentam-se desde já as conclusões gerais esperando-se poder dar um relato completo do Encontro no próximo número de «Cadernos»:

1 — Seja estabelecido um plano nacional para o desenvolvimento das Bibliotecas, Centros de documentação e Arquivos, em estreita coordenação com os planos de desenvolvimento do País;

2 — Seja este plano estabelecido de molde a ser rentável no mais curto intervalo de tempo;

3 — Sejam dotados suficientemente os estabelecimentos já em funcionamento e os que vierem a ser criados;

4 — Seja o pessoal superior equiparado aos vários técnicos superiores do Estado, de maneira a poder exercer cabalmente as suas funções de direcção e especialização;

5 — Seja revista em base prática e com a maior urgência possível a preparação profissional dos técnicos superiores das Bibliotecas, Centros de documentação e Arquivos;

6 — Sejam criadas condições para a preparação do pessoal auxiliar destes estabelecimentos;

7 — Sejam articulados, no plano nacional de leitura, as bibliotecas públicas municipais, como um dos grandes elementos impulsionadores da elevação do nível cultural do povo português;

8 — Sejam criadas condições para que nos vários níveis do ensino se ministrem noções de técnicas bibliográficas e arquivísticas, sendo estas especialmente para as escolas técnicas;

9 — Seja realizado o IV Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas Portugueses em Angola, conforme a sugestão do Magnífico Reitor dos Estudos Gerais Universitários de Angola;

10 — Que sejam diferenciadas em sessões específicas se possível até simultaneamente, nos futuros Encontros, as matérias que mereçam maior relevância.

Estas recomendações foram apresentadas à apreciação das entidades superiores, perante quem a Comissão Organizadora compareceu e teve a oportunidade de expor os actuais problemas dos bibliotecários e arquivistas portugueses, sendo acolhida sempre com a maior compreensão.

ANTÓNIO PORTOCARRERO  
*Relator Geral*

### **A transferência da Biblioteca Nacional de Lisboa**

Em Outubro do corrente ano, começou a ser transferido para as novas instalações ao Campo Grande, o precioso recheio da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Iniciados há mais de 2 anos os preparativos para essa mudança, esta não pôde começar a ser feita com a brevidade desejada, pela falta de verba necessária a tão oneroso encargo.

Dado tratar-se da transferência da mais importante biblioteca portuguesa e da mais importante biblioteca sobre assuntos portugueses existente em todo o mundo, valor inestimável para a cultura portuguesa, possuidora ainda de raridades bibliográficas como a «Bíblia de Mogúncia», o «Almanaque Perpétuo» de Zacuto, a «Vita Christi», só para citar alguns, aquela transferência que envolve mais de um milhão e meio de livros, teria que se revestir de cuidados muito especiais.

Além disso havia que organizar a mudança de modo que os serviços de leitura e outros serviços gerais da biblioteca fossem o menos afectados possível.

— Quanto ao primeiro ponto, a transferência de livros, foi aberto concurso, com um caderno de encargos bastante delicado e cheio de exigências, algumas invulgares, que o tornaram bastante oneroso e talvez inédito entre nós. Assim «as viaturas utilizadas no transporte deverão dispor de extintores de incêndio facilmente manejáveis, para cujo funcionamento o motorista e ajudante deverão estar bem treinados; os camiões deverão ser fechados à chave e acompanhados por agentes da P. S. P. e representantes da Biblioteca Nacional; está previsto ainda que seja montado em cada viatura utilizada no transporte, um radiotelefone ou posto emissor de rádio».

O caderno de encargos prevê ainda um conjunto de penalidades e indemnizações — «Assim os adjudicatários incorreriam nas seguintes multas: a) por cada hora ou fracção de atraso no transporte de livros, 450\$00; b) por falta de comparência ao transporte de livros, o dobro do custo de cada transporte; c) interrupção do serviço de transporte de livros, multa de 5 contos diários».

Apesar das exigências, não faltou quem quisesse tomar a responsabilidade da mudança — a Empresa Geral de Transportes.

Calcula-se que a mudança, cujo custo subirá a mais de 500 contos, se possa efectuar em 150 dias por 4 500 viaturas, sendo o peso máximo de cada viatura, depois de carregada, de 250 a 300 quilos.

— Quanto ao segundo ponto, o funcionamento da Biblioteca, no período transitório da mudança, estabeleceram-se horários especiais condicionados às disponibilidades de tempo

e aproveitamento do pessoal, manifestamente insuficiente para atender à multiplicidade de tarefas que requerem a sua colaboração.

Por determinação superior foi concedida prioridade nas salas de leitura e reservados aos estudantes que estejam a preparar as suas licenciaturas, professores, investigadores, jornalistas e outros grupos considerados frequentadores assíduos da biblioteca.

Estabeleceu-se simultâneamente o regímen de requisição prévia para o público em geral, assim como a organização de horários especiais. Procurou-se pois que os interesses dos leitores sejam o menos afectados possível com a mudança.

Para manter os serviços gerais em funcionamento foi organizado um turno especial que se encarregará do depósito legal, «contrôle» de periódicos, trocas internacionais, catalogação, secretaria, sala de leitura, limpeza, verificação e conferência de espécies. Entretanto funcionam outros turnos de pessoal: das 7 às 14 h. e das 14 às 21,45 h. no antigo edifício e das 8 h às 15,30 h. e das 15 às 22 h. na cidade universitária. Cada um destes turnos é dirigido por um bibliotecário e constituem-no dois técnicos auxiliares e seis serventes.

Instalada desde 1833 no antigo Convento de S. Francisco em condições bastante precárias, sem as mais elementares condições de preservação e defesa, a Biblioteca passa agora do Chiado ao Campo Grande.

Se o controverso problema da sua localização tem preocupado quantos acompanham a vida da Biblioteca e o que ela representa no panorama cultural lisboeta, o certo é que o Chiado hoje já não é o centro da cidade. Esta cresceu; irradia agora a partir do Parque Eduardo VII e, por isso mesmo, a localização da nova Biblioteca está, para a maioria, perfeitamente integrada na nova fisionomia citadina (R. M. MOUTA DIAS).

### **I Simpósio Regional da África Austral sobre Informação Científica e Técnica — Lourenço Marques, 2 a 5 de Julho de 1968.**

A South African Association for the Advancement of Science, ao realizar, de colaboração com os Estudos Gerais Universitários de Moçambique e a Sociedade de Estudos de Moçambique, o seu 66.º Congresso Anual, promoveu também um Simpósio Regional da África Austral sobre a Informação Científica e Técnica, que decorreu em Lourenço Marques de 2 a 5 de Julho de 1968.

Os objectivos desta importante reunião foram os seguintes:

- 1 — Troca de impressões e experiências no campo da informação científica e técnica;
- 2 — Promoção de uma mais efectiva corrente de contactos entre os centros de documentação e informação da África Austral;
- 3 — Melhor coordenação da actividade ao nível interno, em cada território;
- 4 — Estabelecimento de um regime de cooperação neste campo, na África Austral, constituindo Portugal (Metrópole) uma das pontes para a Europa;
- 5 — Mais ampla mentalização geral, e dos industriais em particular, quanto ao interesse da documentação e informação científica e técnica;
- 6 — Maior divulgação das técnicas de documentologia e informática.

Os temas tratados foram os seguintes:

- 1 — Aspectos e problemas da Informação para cientistas e técnicos;
- 2 — Progressos no domínio da Documentação e da Informação;
- 3 — Aspectos e problemas da Informação para a indústria.

A organização deste importante Simpósio coube às South African Council for Scientific and Industrial Research e Associação Industrial de Moçambique, que se mostraram de uma eficiência e zelo verdadeiramente notáveis. Justo é destacar as acções pessoais, pelo lado português, dos srs. dr. Alexandre Baptista, da Associação Industrial de Moçambique, e Vítor de Carvalho, presidente desta mesma Associação, e, pelo lado sul-africano, de D. G. Kingwill, director de Information and Research Services do Council for Scientific & Industrial Research, de Pretória, R. Van Houten e A. Kirsipuu, do mesmo Council. Das suas permanentes actividades adveio o assinalado êxito de tão importante Simpósio.

O número total de participantes foi de 43, sendo 18 da União da África do Sul, havendo ainda a registar-se a comparência de 6 observadores, aliás, todos portugueses.

Foram apresentadas, em sessões que começavam às 9 horas da manhã e se prolongavam pela tarde fora, trinta e sete comunicações.

A relação dos trabalhos apresentados foi a seguinte:

1) A. K. Scholes — *Technical Information Services in African Explosives and Chemical Industries, Johannesburg;*

2) S. G. Shuttleworth — *The role of industrial research associations in promoting progress through scientific research and technical innovation;*

3) Margaret Lodder e Ottilie Stander — *Mechanisation in the South African Council for Scientific and Industrial Research;*

4) D. Ryle Masson — *The South African Research Worker's approach to scientific information.* Esta comunicação é o resultado de um inquérito enviado a 3629 investigadores sobre a utilização da informação e pelo qual se revela que na África do Sul, a maior produção pertence aos médicos, logo seguidos dos agrónomos e biólogos. 30 a 40% dos investigadores permutam regularmente informações. Apresentou quadros estatísticos de grande interesse.

5) Eleanor M. B. Douglas e W. G. B. Mandersloot — *Filing, indexing and thesaurus control for information retrieval by co-ordination of keywords.* Conclui que a pesquisa de documentos feita por uma combinação de palavras-chave seleccionadas é superior às classificações.

6) R. Van Houten — *Technical information from public sources for private industry;*

7) C. G. Bruckmann — *Information and data requirements of engineers;*

8) Lia Tavares — *Transliteração e transcrição de caracteres cirílicos;*

9) D. G. Kingwill — *Scientific & technical information exchange in Southern Africa;*

10) Vilar Queirós — *As Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (de Alverca, Lisboa) e o seu contributo ao País no campo da documentação técnica;*

11) António Barata Tavares — *Documentação da engenharia em Angola;*

12) Domingos Martins Eusébio — *A informação fiscal aos contribuintes por parte da administração;*

13) H. J. Aschenborn — *Mechanization of the South African National Bibliography (SANB);*

14) R. B. Zaaïman — *Information services for a large steel producing organization;*

15) A. Kirsipuu — *Scientific and technical communication in Southern Africa;*

16) R. J. Van Wyk — *Research and development as a source of technical information;*

17) S. J. Richards — *Technical information for the building industry;*

18) M. F. Ferreira Cabrita — *Alguns aspectos da informação de interesses para os serviços meteorológicos;*

19) Ana Maria Dias Boto — *A informação técnica para a metalurgia;*

- 20) Maria Odette Barros Henriques — *O serviço de informação numa grande empresa fabril*. Descreve o Centro de Documentação da Companhia União Fabril.
- 21) C. M. Borges de Araújo — *A informação no domínio dos transportes*. Descreve o C. D. do Gabinete de Estudos e Planeamento de Transportes Terrestres;
- 22) Nuno Martins — *Um exemplo de cooperação internacional no campo da documentação: An International Road Research Documentation (IRRD)*;
- 23) Silva Serra — *Informação para a indústria: sua coordenação*, onde preconiza uma coordenação à escala nacional, que ainda não se verifica.
- 24) Jorge Peixoto — *A informação que a Universidade pode fornecer à indústria, à técnica e à ciência extra-universitárias*;
- 25) Zeferino Paulo — *Formação de documentalistas e de especialistas da informação científico-técnica*, que se transformou numa mesa-redonda efectuada no dia 6 de Julho;
- 26) Joaquim Prado de Castro — *A informação na indústria de serração de madeiras*;
- 27) Zeferino Paulo — *Conjuntura da documentação e da informação científico-técnica especialmente na África Austral*;
- 28) J. Cansado Tavares — *Planeamento da informação técnico-económica no Ultramar Português*;
- 29) Lage Raposo — *Informação à indústria alimentar*;
- 30) Maria Teresa Mantero e J. A. da Costa Guerra — *Aspectos do problema da informação científica e técnica no domínio nuclear*;
- 31) E. Cardoso dos Santos — *Papel dos serviços de documentação polivalentes no processamento da comunicação da informação científico-técnica*;
- 32) Maria Odette de Barros Henriques — *Uma experiência de informação automática numa grande empresa*, onde descreve o equipamento Filmorex utilizado na CUF, em Lisboa.
- 33) Ilídio Rocha e Rosa Carvalho — *Planeamento e montagem em Moçambique de um centro de documentação e informação económicas e de tecnologia industrial — 1965.11/1966.12*, que descreve com grande minúcia e interesse o Centro montado na Associação Industrial de Moçambique;
- 34) M. Isaura de Oliveira — *A classificação de documentos face ao desenvolvimento das ciências*;
- 35) R. E. McBurney — *Technical information for industry*;
- 36) Mário Alberto Nunes Costa — *Normalização e organização da documentação*, dando em anexo a lista das normas portuguesas relacionadas com a documentação;
- 37) H. Lains e Silva — *Situação da investigação científica e tecnológica no Ultramar Português em 1964*.

Os trabalhos apresentados caracterizam-se pela exposição das aplicações práticas aos respectivos serviços. No capítulo relativo a Portugal, é justo referir que os organismos representados mostraram o que estavam a realizar, mas tais iniciativas resultavam antes de bem intencionados esforços individuais do que de um plano concertado, resultado de estudos prévios. Quer-nos parecer que a pulverização que se está verificando neste campo, entre nós, resulta de dois factores: 1) as necessidades prementes que levam a procurar-se uma solução — boa ou má, estudada ou improvisada; 2) a falta de um organismo superior coordenador, o que leva à falta de unidade, à improvisação de servidores sem formação adequada.

Ora tal leva a gastos duplicados, a esforços repetidos, enfim: dispende-se dinheiro muito mais do que se devia apenas por falta de uma autêntica coordenação.

As conclusões e recomendações gerais foram as seguintes:

1 — Existe a necessidade urgente de um planeamento para o estabelecimento de redes nacionais de informação científico-técnica, tendo em conta as diferentes exigências territoriais na região da África Austral;

2 — Para atingir este convém levar a cabo, tanto quanto possível dentro de uma metodologia comum, prospecções das necessidades territoriais e potencialidades existentes, em matéria de documentação e informação;

3 — Devem ser assegurados pelas entidades competentes os meios de implantação e manutenção das redes de informação científico-técnica, referidas em 1;

4 — Não se conhecendo neste domínio, planos e programas de acção, conjuntos, em África, abrangendo os territórios da África Austral, seria desejável o estabelecimento de um organismo para esse fim;

5 — Dadas as dificuldades de uma comunicação eficaz — barreiras linguísticas na África Austral — é de imediata necessidade a criação de serviços linguísticos adequados nos territórios afectados;

6 — Devem ser igualmente previstas facilidades especiais na obtenção da reprodução de documentos (por meio de cupons, a preço fixo, por exemplo);

7 — É necessário um arrolamento de técnicos e especialistas, em cada um dos domínios temáticos dos diferentes territórios da África Austral, devendo ser um deles designado para correspondente coordenador em cada campo temático, nos vários territórios;

8 — Torna-se necessária a existência, nos vários territórios da África Austral, de centros de informação especializados nos «domínios-chave» do conhecimento científico e técnico, apetrechados para facilitar o intercâmbio da informação;

9 — É imperiosa a formação e o aperfeiçoamento dos especialistas da informação e da documentação, de vários níveis e a inclusão nos diferentes graus de ensino de disciplinas de uma adequada iniciação no manejo documental;

10 — É necessário promover o aperfeiçoamento das técnicas de processamento da documentação com especial relevância para os aspectos peculiares da informática e da organização e métodos;

11 — São desejáveis encontros em mesa-redonda dos dirigentes responsáveis dos órgãos superiores de coordenação com uma periodicidade não superior a um ano. Deverão ainda ser promovidas reuniões regionais de especialistas da informação para discussão da problemática com interesse para a África Austral;

12 — É indispensável o estabelecimento pelas entidades competentes de uma Comissão permanente com o objectivo de promover a execução das recomendações feitas. Esta Comissão deveria ser constituída por delegados de cada território reunindo com regularidade por forma a assegurar-se a continuidade e a concretização dos trabalhos por ela empreendidos;

13 — É do maior interesse a realização em Lisboa, em 1970, de um outro Simpósio, subordinado ao tema.

O South African Council for Scientific and Industrial Research, após a conclusão do Simpósio, levou a sua gentileza ao ponto de convidar alguns participantes portugueses a visitar

de 7 a 10 de Julho determinados centros de documentação em Pretória, como o do próprio CSIR, da African Explosives & Chemical Industries, da Universidade da África do Sul, do ISCOR, etc. Foi uma excelente oportunidade de ver o alto grau de desenvolvimento de um povo e de uma técnica, que a todos impressionou fortemente.

Esperamos que este Simpósio, que primou pela boa organização, dê os resultados que há tanto se ambicionam e que tão sucintamente estão formulados nas suas recomendações. (JORGE PEIXOTO)

### O Dr. Jorge Gouveia e Cró presta declarações ao «Notícias» de Moçambique a propósito do I Simpósio Regional da África Austral.

Por só agora nos ter chegado às mãos o recorte respectivo, só neste número de «Cadernos» nos é possível referir a entrevista concedida pelo nosso Colega Dr. Jorge Gouveia e Cró ao jornal moçambicano «Notícias», n.º 14 052, de 2 de Julho passado, a propósito do Simpósio sobre Informação Científica e Técnica, realizado recentemente em Lourenço Marques, ao qual também nos referimos oportunamente.

O nosso Colega, cuja actividade profissional se iniciou como bibliotecário da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tendo depois atingido nela a categoria de bibliotecário-chefe, dirige desde Maio de 1963 a Biblioteca Nacional de Moçambique, a única com esta característica existente no Ultramar Português. Nela tem realizado obra de merecimento na valorização do património bibliográfico que lhe está confiado. Pretendendo dar a conhecer ao público da Província a extraordinária importância das bibliotecas no mundo de hoje, tem proferido aos microfones da Rádio Moçambique, no seu programa dominical «Conversando e divulgando», algumas palestras sobre os mais instantes problemas relacionados com estes estabelecimentos de cultura. As mesmas versaram os seguintes temas: «O futuro das bibliotecas», «A imprensa e o futuro do livro», «Organização de bibliotecas», «O I Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas Portugueses», e, mais recentemente, «Sobre a Biblioteca Nacional de Moçambique», tendo sido esta última publicada na revista «Rádio Moçambique», no seu n.º 376, de Junho de 1968.

Por este e outros motivos — entre os quais o facto de ter estado em contacto com a preparação do Simpósio que acima referimos — tem o Dr. Jorge Cró suficiente autoridade para subscrever as afirmações que a esse propósito fez ao «Notícias». O artigo do jornal — «A propósito do Simpósio: É um tremendo erro a desunião entre bibliotecários e documentalistas, poucos para realizar algo de útil — declarou ao *Notícias* o director da Biblioteca Nacional de Moçambique» — reveste uma oportunidade flagrante que as transcrições que vamos fazer melhor documentarão.

Referindo-se à importância da informação científica e técnica, diz o nosso Colega: «Creio que o Simpósio luso-sul africano tem acima de tudo a vantagem de pôr em contacto directo alguns portugueses e sul-africanos ligados de certo modo à informação. Ora, estes contactos são geralmente de uma importância fundamental para o estabelecimento de boas relações pessoais que, mais tarde, podem ser decisivas para a estrutura de uma estreita colaboração. Deste modo, os problemas que forem esboçados nas reuniões que vão realizar-se terão uma maior possibilidade de serem resolvidos no futuro, contribuindo assim não só para cimentar os laços que nos unem aos nossos vizinhos, mas, sobretudo, para mais uma íntima colaboração científica e técnica, vantajosa para ambas as partes».

Passando depois a referir-se ao papel do bibliotecário e do documentalista, salientando que não se justificam separações entre eles, pois que, essencialmente, quanto à finalidade, não há diferença entre uns e outros, o Dr. Jorge Cró continua: «O bibliotecário preocupa-se com o tratamento dos livros no seu sentido mais geral, procura abranger todos os aspectos da biblioteconomia. O documentalista prende-se mais com o aspecto especial desta ciência, procura tornar mais facilmente utilizável a informação original».

Para concluir a sua circunstanciada exposição, afirma então o nosso Colega: «Tenha-se, porém, a concepção que se tiver sobre bibliotecários e documentalistas, o certo é que precisam uns dos outros e há toda a vantagem em trabalhar em colaboração e, sobretudo, aqui em Moçambique, onde se contam pelos dedos (oficialmente não existe qualquer documentalista), é um erro tremendo procurar a desunião quando todos são tão poucos para realizar algo de útil. Há, pois, necessidade de estruturar a actividade da informação técnica e científica em Moçambique, mas chamando a colaborar todos os que de algum modo possam ser úteis. Depois de dados os primeiros passos, entre-se em contacto íntimo com as restantes Províncias Ultramarinas e a Metrópole para se limarem arestas e aperfeiçoar a orgânica, e então, com um pouco de experiência e realizações práticas, sentir-nos-emos em melhor posição ao lado das outras nações».

«Cadernos», que sempre têm advogado a adopção da posição assumida pelo Dr. Jorge Gouveia e Cró, congratula-se pelo facto de as suas declarações virem confirmar, uma vez mais, a necessidade de união entre bibliotecários e documentalistas e, também, a de uma orgânica interdependente de todos os serviços nacionais de Informação. (J. TOMÁS PEREIRA).

### Normalização

A Organização Internacional de Normalização (ISO) aprovou, entre outras, as seguintes Recomendações de Norma:

— ISO-R 689 — 1968 — *Microcopies. Essais de lisibilité. Description et utilisation de la micromire ISO pour l'examen d'un appareil de lecture.*

— ISO-R 690 — 1968 — *Références bibliographiques. Eléments essentiels et complémentaires.*

\* O Decreto-lei n.º 48 454, de 25 de Junho de 1968 deu nova redacção a várias disposições do Decreto-Lei n.º 38 801, que incumbiu a Inspeção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais de centralizar a orientação de todas a actividade relativa à normalização e cria o Centro de Normalização.

Pelo recente Decreto-Lei é dispensada a fase de norma provisória na elaboração das normas nacionais. Estabelecem-se regras quanto à distribuição dos inquéritos públicos, a efectuar durante 90 dias, e dispõe-se que as normas definitivas são obrigatórias sempre que tal conste de diploma disciplinador de qualquer sector económico ou cultural ou quando expressamente sejam declaradas por portaria assinada pelos Ministros dos sectores a que respeitam.

São ainda alteradas as quotas dos aderentes do Centro de Normalização, revistos os seus benefícios e estabelecidas contribuições obrigatórias para o Centro de Normalização por parte de organismos de coordenação económica e organismos corporativos interessados no estudo e publicação de normas relativas a produtos ligados a actividades abrangidas por aqueles organismos.

\* Está publicada a Norma portuguesa NP-112(1967) — *Fotocópias. Formatos (7\$50).*

\* O Conselho de Normalização emitiu pareceres favoráveis à passagem a inquérito público dos seguintes documentos.

## COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

- I — 899 (1968) — *Símbolos de Línguas, Países e Autoridades Competentes.*  
I — 900 (1968) — *Aparelhos para Leitura de Microfilmes de 35 mm. Características Essenciais.*  
I — 901 (1968) — *Microcópias. Ensaio de Legibilidade. Descrição da Mira ISO e sua Utilização na Reprodução Fotográfica de Documentos.*  
I — 902 (1968) — *Carácter Tipográfico Convencional para Ensaio de Legibilidade (Carácter ISO).*  
O Conselho emitiu parecer favorável à passagem a norma definitiva dos inquéritos de norma I-698 (1966). *Estatísticas da edição de Publicações*, com algumas alterações.

\* A Comissão Técnica Portuguesa de Normalização de Documentação (CT-7) emitiu recentemente pareceres acerca dos seguintes documentos:

ISO/PR 1527 — *Feuillets de titre d'un livre*

ISO/PR 1528 — *Microfilms de 16 mm et de 35 mm, bobines d'approvisionnement et de lecture*

ISO/PR 1416 — *Index d'une publication.*

A Comissão preparou ainda um Estudo de norma portuguesa acerca de *Vocabulários. Elaboração e Apresentação.*

### **Bibliotecas, arquivos e cultura nacional \***

Ter uma opinião e poder livremente expressá-la é direito sagrado e inalienável da pessoa humana. A própria Constituição o sanciona. A consciência da comunidade o exige. No entanto, esse direito, tem, ou melhor, deve ter, os seus limites — sejam os de ordem política ou moral, sejam os de simples e comezinho bom senso...

Vem este intróito a propósito do tão debatido problema da nossa cultura. É certo e sabido que nestes fins do ano lectivo o problema ganha especial acuidade e chega até nós em basta letra de imprensa. Por outro lado, talvez sob inspiração e oportunidade da Feira do Livro, o mesmo aparece-nos encarado em função do livro e da leitura, da educação popular, da divulgação maciça de conhecimentos — e daqui, em última análise, das bibliotecas e dos arquivos.

Mais concretamente: vem este intróito a propósito de um artigo publicado em data recente no «Diário Popular» (1), onde o A., tratando o problema da divulgação da cultura e do funcionamento das bibliotecas e arquivos, se permitiu algumas opiniões que revelam inteiro desconhecimento dos factos. Não nos custa admitir a boa fé das mesmas, até porque o A., possivelmente convencido do seu ineditismo, sugere soluções mais do que ultrapassadas — digamos mesmo, próprias do século XIX — e que nada de novo trouxeram para o progresso da cultura e das bibliotecas e arquivos onde quer que tivessem sido aplicadas.

Assim, se é louvável e se só nos temos que felicitar pelo interesse que tais estudos merecem do grande público, não podemos, todavia, passar em julgado certos modos de ver que ignoram a realidade. Ora isso é lamentável, uma vez que vem lançar confusão num campo onde necessitam ver-se convenientemente esclarecidas certas situações equívocas.

De facto, tais opiniões de quem não está a par do que importa fazer nas nossas bibliotecas e arquivos criam, ou podem criar, a sugestão de haver problemas onde na realidade não

\* Original atrasado na Redacção.

(1) SINGER, João Carlos Falcão — *A divulgação da cultura e o funcionamento das bibliotecas e arquivos.* «Diário Popular», 30 de Maio de 1968.

os há, ignorando-se, pelo contrário, os muitos que esperam solução. Quer dizer, os factos são apresentados segundo uma perspectiva que os deforma e levanta a suposição de que o remédio necessário se deve orientar no sentido defendido por A ou por B. Assim se originam forças de pressão que podem levar — e já levaram — à adopção de medidas que não passam de puros paliativos na imensa obra que urge fazer para tornar as bibliotecas e arquivos, em Portugal, os organismos vivos, actuantes, imprescindíveis que são pelo mundo inteiro.

Não se tenham de facto ilusões. Bibliotecas e arquivos são, ao mesmo tempo, causa e efeito da cultura de um povo. São causa na medida em que a condicionam e a permitem, fomentando a leitura, divulgando conhecimentos, conservando a produção bibliográfica nacional, fornecendo o suporte-base à investigação literária e científica. São efeito quando a comunidade as procura e as cria, quando lhes dá os meios suficientes para o seu harmónico desenvolvimento, quando delas faz, simultaneamente, ponto de partida e ponto de chegada da cultura nacional. As bibliotecas e os arquivos contribuem para essa cultura, mas é esta também que inspira, da parte de uma comunidade consciente, o respeito e a compreensão que deve ter pelo alto papel que lhes está destinado.

Não se tenham, de facto, ilusões — mas a verdade é que ainda há, entre nós, quem as tenha. É, por isso, corrente defender-se o amadorismo num campo onde o mesmo já provou a sua nula vantagem; corrente é também considerar-se apenas a biblioteca erudita, isto é, a biblioteca tradicional, herdeira de toda uma tradição literária e fradesca, aquela biblioteca onde aos corriqueiros problemas da catalogação diária se juntam os provocados pela existência de milhares e milhares de livros antigos ainda por catalogar. Ignorados ficam os problemas das nossas bibliotecas especializadas — as universitárias e as de centros ou institutos de investigação — que podem não interessar para uma «cultura de almanaque», mas que interessam, como um caso de vida ou de morte, para a cultura científica do País.

Diga-se, desde já, que o problema bibliotecário português, talvez o mais melindroso do nosso panorama cultural, não é só de hoje — foi de ontem e será de amanhã e de sempre, a não ser que se tomem as medidas adequadas para o resolver. Essas medidas, porém, não se obterão se apenas o encararmos sob certos aspectos, ao sabor dos interesses subjectivos de uma minoria. Soluções parciais serão apenas remendos que não ocultarão as deficiências do conjunto e que virão, pelo contrário, levantar mais problemas. Exige-se uma solução de conjunto, radical e dinâmica, a partir da qual se desdobre uma imensa série de conseqüências que transformem a face das bibliotecas e dos arquivos em Portugal no sentido que todos desejamos.

Não é, por exemplo, com alargamentos impossíveis de horários (onde pessoal para isso?), com facilidades indiscriminadas de empréstimo domiciliário (saber-se-á o nível de civismo de grande parte dos frequentadores das nossas bibliotecas e arquivos?), com académicas congregações de homens de letras (compreensivelmente mais interessados em trabalhar em proveito próprio e das suas obras), etc., etc., que estes estabelecimentos desempenharão eficientemente o seu papel. Isso é apenas um aspecto, importante sem dúvida, mas cuja solução depende de mil e um factores a que é preciso atender.

Tenhamos bem presente — entre esses factores, o papel do bibliotecário e arquivista é da maior relevância. E tanto assim é que em todos os países do mundo se encara a sua formação em grau cada vez mais especializado, estabelecendo-se, como currículo mínimo, um curso universitário de vários anos. Podem consultar-se, como prova do que fica dito, os mais recentes números do «Bulletin de l'UNESCO à l'Intention des Bibliothèques», onde essa formação é estudada e incentivada não só em países altamente evoluídos, mas também em países em vias de desenvolvimento, sem exceptuar os da África, Ásia e América Latina.

E bem sintomático é o facto de as verbas destinadas a pessoal (vencimentos, abonos e outras) excederem largamente as dotações para expediente e aquisição de livros. Isso significa que estes só valerão na medida em que as bibliotecas tiverem quadros à altura das necessidades.

Aliás, também entre nós essa necessidade de especialização foi reconhecida de há muito. O Curso português de Bibliotecário-Arquivista compreende dois anos, seguidos de seis meses de estágio, exigindo-se para a sua frequência uma licenciatura em qualquer faculdade ou escola do ensino superior. No entanto, a sua estrutura acha-se mais que ultrapassada, notando-se um predomínio quase exclusivo de disciplinas de carácter histórico-literário. De fora, ficam problemas de verdadeira actualidade, desde os de classificação até aos de automatização.

Esse facto, aliado à modéstia dos vencimentos, está na origem da enorme falta de técnicos nas nossas bibliotecas e arquivos. E mesmo o número dos diplomados ao serviço é verdadeiramente irrisório — se tanto, apenas uma centena e poucos, distribuídos, às conta-gotas, pelo País: nos Açores, em Braga, Coimbra, Évora, Funchal, Lisboa, Lourenço Marques, Luanda e Porto.

Não é mais risonho o panorama quanto ao pessoal médio e menor. Aquele, que em muitos países do estrangeiro já é objecto de preparação em escola apropriada, nenhuma formação específica recebe entre nós. Ora esse pessoal poderia ser encarregado daquelas bibliotecas de pequeno volume (municipais e populares, por exemplo,) onde não se justificasse a presença permanente de um bibliotecário.

Numa palavra, o problema bibliotecário português tem que ser encarado e resolvido, em termos culturais, sob um tríplice aspecto: 1) reforma do Curso de Bibliotecário-Arquivista; 2) equiparação de vencimentos, visto o bibliotecário português ser actualmente o pior pago de todos os técnicos do Estado; 3) aumento substancial dos quadros. Depois disto se poderá falar em mil e um projectos de extensão bibliotecária, os quais, aliás, não são ignorados nem esquecidos nas nossas bibliotecas e arquivos, onde aguardam apenas oportunidade e condições para a sua realização. Sirva de exemplo a iniciativa — temerária, mas bem concebida e realizada — a que se abalçou a Biblioteca Nacional de Lisboa com o Catálogo Colectivo das Bibliotecas Portuguesas. Se houver verdadeiro interesse e compreensão da parte dos responsáveis, outras se poderão seguir: a elaboração e publicação de grandes bibliografias nacionais (retrospectivas e correntes), a cooperação com bibliotecas estrangeiras de maneira a conseguir-se o empréstimo internacional, o estabelecimento da ficha catalográfica nacional, primeiro estágio para uma possível catalogação centralizada (isto é, catalogação de todas as obras numa só biblioteca e distribuição das fichas pelos organismos que as desejarem), planificação das aquisições, realização de colóquios, conferências, audições, exposições periódicas em datas a assinalar, etc., etc. — portanto, como se quer, transformação da Biblioteca Portuguesa em centro e núcleo impulsionador da cultura nacional.

Outra opinião que se tenha, outras medidas que se tomem, outras vozes que se ouçam a não ser as dos técnicos competentes, mais uma vez se repete, não passarão de paliativos. Nada resolverão. E o que é mais lamentável — para lá do caso pessoal e deprimente do bibliotecário português será a cultura nacional que perde. (J. TOMÁS PEREIRA).

### **Curso de Actualização de Técnicas Biblioteconómicas e Documentais**

No intuito de se integrar os bibliotecários e arquivistas no constante evoluir técnico exigido pela nossa época, a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra promoverá de 9 a 14 de Dezembro um Curso de Actualização de Técnicas Biblioteconómicas e Documentais, na

qual serão ministradas por alguns dos nossos colegas de Lisboa e de Coimbra aquelas matérias reputadas do maior interesse para a valorização e actualização dos responsáveis pelos nossos arquivos, bibliotecas e centros de documentação.

Dentro deste objectivo, serão versados os seguintes temas, distribuídos por cinco tempos diários, conforme o horário previsto:

*Administração de Bibliotecas, Arquivos e Centros de Documentação, Documentação, Normalização documental, Catalogação e Arquivos de empresa.*

### **Seis mil e quinhentos livros para vinte e duas novas bibliotecas distribuídas pelo Município de Lisboa.**

Na cerimónia decorrida no Palácio de Galveias, em 25 de Outubro, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa entregou à cidade mais vinte e duas novas bibliotecas — com um total de 6 500 volumes — destinadas a ser distribuídas por diversos bairros.

É de notar que com esta última oferta o número de bibliotecas móveis ascende a 307 e o total de livros distribuídos pelo Município ultrapassa já o número de 90 mil!

Sem dúvida que não podemos deixar de aplaudir a iniciativa em favor da divulgação da leitura. No entanto, isto ainda é pouco... Basta que se diga que, entre nós, quase tudo quanto importa realizar a respeito da educação pela biblioteca está por fazer.

Nunca será de mais lembrar que a biblioteca não é apenas um depósito de livros, mas um organismo vivo, uma instituição actuante, com uma acção nitidamente definida dentro da realidade nacional, «uma força viva ao serviço da educação popular», conforme se lê no *Manifesto da Unesco sobre bibliotecas públicas*. Actua em cooperação com a escola e para lá da escola, ou melhor dizendo, é *uma escola* fora dos moldes tradicionais, onde o intermediário entre o livro e o leitor é o bibliotecário-pedagogo cuja missão ultrapassa também as tarefas tradicionais de conservação e catalogação de fundos. Estas bibliotecas modernas e funcionais estão ao serviço do aperfeiçoamento individual e do progresso material e moral de um povo. Mas para que se chegue a esse objectivo *é indispensável que os serviços de bibliotecas façam parte integrante de um planeamento da educação nacional*. Qual será o Estado moderno que hoje põe em dúvida esta realidade: que de uma boa planificação das bibliotecas depende a eficácia de todo um sistema educativo? O que é a *educação permanente* senão o estudo realizado em bibliotecas concebidas como centros de animação cultural?

No presente, quase todos os países do mundo — mesmo aqueles em vias de desenvolvimento, e esses graças à comparticipação da Unesco (América Latina, África, Ásia) — estão intensificando os seus esforços no sentido de integrar a planificação dos serviços de bibliotecas nos planos de educação nacionais.

A planificação em biblioteconomia é uma noção recente, nascida nos nossos dias. Mas uma vez posta em prática, não deixará de produzir os seus melhores frutos, agora e no futuro, porque ela é condição de promoção individual e do desenvolvimento socio-económico das nações.

Não esqueçamos as palavras de Carlos Victor Penna, o teórico e grande animador da planificação dos serviços de bibliotecas: *Sans bibliothèques, il ne saurait y avoir ni écoles primaires de bonne qualité, ni écoles secondaires efficaces, ni université productive; sans bibliothèques, il n'est pas non plus possible de favoriser l'éducation permanente des adultes.*

Para nós, portugueses, parece que também chegou a hora de nos debruçarmos sobre estes problemas... (M. L. LEMOS).

## II Congresso e Exposição Internacional Gráfica, Editorial e de Papel

Realiza-se em Milão, de 4 a 12 de Outubro de 1969, patrocinado pelo Comité Europeu dos Construtores de Máquinas Gráficas e Cartotécnicas.

A Exposição terá lugar no recinto da Feira de Amostras.

Nela estarão patentes os seguintes materiais:

- Máquinas para impressão tipográfica e litográfica, a anilina e retogravado;
- máquinas e matrizes para a composição;
- ferramentas, tipos de impressão, acessórios;
- máquinas e instalações para a fabricação de papel;
- máquinas para a cartotécnica, encadernação e transformação de papel e do cartão;
- material de reprodução: fotografia, estereotipia, galvanoplastia, zincogravura, fotolitografia;
- produtos das indústrias gráficas, cartotécnicas e transformadoras;
- papel, cartão, matérias plásticas, borracha, metais e produtos derivados;
- tipos, tintas, cores e outros produtos químicos;
- arte gráfica aplicada, serigrafia;
- actividade editorial: livro, agendas, periódicos, revistas.

### Esteve entre nós o Dr. Herman Libaers, vice-presidente da FIAB

De visita ao nosso país, o director da Biblioteca Real de Bruxelas e vice-presidente da FIAB, Dr. Herman Libaers, assistiu no Porto às sessões de trabalho do III Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas Portugueses, deslocando-se em seguida a Coimbra, onde proferiu duas palestras para os nossos colegas desta cidade.

Na primeira sessão (realizada na Faculdade de Letras) foi projectado um interessante filme sobre: «Miniatures bourguignonnes des manuscrits de la Bibliothèque Royale de Bruxelles», precedido de uma introdução destinada a um perfeito enquadramento histórico e artístico das preciosas miniaturas e códices (do séc. xv) que as contêm.

A segunda palestra teve lugar na Sala de S. Pedro da Biblioteca Geral e no decorrer dela foi traçada a história da Biblioteca Real de Bruxelas, acentuando-se o papel que esta tem vindo a desempenhar na vida cultural do país, não apenas como agente educacional, mas ainda como auxiliar da investigação, uma vez que esta Biblioteca funciona em estreita cooperação com o «Centre National Scientifique».

Através do exposto foi possível ter uma ideia da riqueza dos fundos da Biblioteca e dos documentos de natureza vária que os constituem, das suas actividades, tanto no domínio de publicações como no de trabalhos técnicos que aí se realizam (catálogos convencionais com as soluções para o problema do bilinguismo, serviços de «abstracts», centro de tradução de línguas, documentação, automatização, telex, sistemas de reprodução documental, cursos de formação profissional, etc., etc.).

Depois das palestras seguiu-se uma troca de impressões entre alguns dos nossos colegas e o conferencista, que nos esclareceu sobre os pontos de dúvida e deu resposta às perguntas relacionadas com os temas tratados.

O Dr. Herman Libaers a todos cativou pela sua extraordinária erudição bibliográfica e biblioteconómica, franca camaradagem e simpatia.

Cerca das 13 horas os nossos colegas ofereceram ao director da Biblioteca Real e esposa um almoço em Conímbriga, seguido de visita ao Museu e às ruínas, guiada pelo Director do Curso de Bibliotecário-Arquivista, Prof. Doutor Avelino Costa, e pelo nosso colega Dr. Jorge Peixoto. Ambos deram aos ilustres visitantes todos os esclarecimentos de natureza histórica e artística sobre o que fâmos vendo.

Na sua viagem do Porto a Coimbra, o Dr. Herman Libaers fez um rápido desvio por Viseu, onde teve ocasião de conhecer o Arquivo Distrital (instalado na Casa Amarela), o Museu de Grão Vasco, a Casa Almeida Moreira e a parte antiga da cidade.

Aos nossos colegas de Lisboa foi dada também oportunidade de assistir a uma interessante palestra proferida pelo mesmo bibliotecário sobre a história da FIAB<sup>(1)</sup>, realizações daquele Organismo no plano internacional, catalogação cooperativa e perspectivas de automatização (M. L. LEMOS).

### Manuel da Maia, guarda-mor da Torre do Tombo

Dois centenários são decorridos sobre a morte do homem que salvou o mais importante Arquivo do Reino! Em 17 de Setembro de 1768 morria Manuel da Maia, aquele português incansável que tão completamente serviu o rei e a pátria. E, no entanto, a sua memória persiste: na dureza da pedra e na fragilidade do papel; em cada canto de Lisboa e um pouco por toda a parte. É difícil, na brevidade do nosso destino, poder reunir tantos qualificativos e poder realizar tantas coisas... Manuel da Maia, fidalgo da Casa Real, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, engenheiro-mor do reino, brigadeiro, cronista da Casa de Bragança, guarda-mor da Torre do Tombo, académico da Academia Real da História, mestre de matemática do príncipe D. José e dos infantes D. Pedro e D. Carlos, versado em línguas estrangeiras, tradutor, autor e espírito caritativo, deixou o seu nome ligado às fortificações de Lisboa, de Abrantes e de Tancos, aos fortes defensivos das pontes sobre o Guadiana (no cerco de Badajoz), à canalização do convento de Mafra, ao Aqueduto das Águas Livres, à estátua equestre de D. José, aos índices da Torre do Tombo, ao «Bullarium» (sem o seu zelo talvez nunca o tivéssemos conhecido), às obras que traduziu (*Fortificação moderna...*, de Pfeffinger e *Governador de praças...*, de Antonio Ville Tolozano), às obras que escreveu (*Dissertação sobre a renovação da cidade de Lisboa*<sup>(2)</sup>; *Colecção ou memórias históricas das principais instruções e ordens de sua majestade para a construção do famoso Aqueduto das Águas Livres*<sup>(3)</sup>), aos numerosos mapas geográficos e militares, às plantas de edifícios e localidades (entre as quais Lisboa).

Mas o maior serviço por ele prestado à cultura portuguesa foi, sem dúvida, depois daquele trágico dia de 1755 em que a torre brechada do velho castelo se desmoronou...

O Arquivo Real ameaçava ruína já antes da violência do terramoto. Bem quisera Manuel da Maia reforçar-lhe a resistência para salvaguarda do precioso recheio, mas a diligência frustrara-se pela indiferença do Conselho da Fazenda... E no entanto, essa indiferença poderia ter custado a perda irreparável do nosso mais rico núcleo documental, se à frente do Arquivo

(1) Tema já exposto na sessão inicial do III Encontro.

(2) Manuscrito da Biblioteca de Évora com a cota CXII/2-9 — fl. 666. Cf. *Diccionario Bibliographico*, vol. 16, p. 258.

(3) Sem ano e sem local de impressão. Provavelmente do séc. XVIII, pois alguns documentos têm a data de 1773. A obra manuscrita encontrada nos papéis do marquês de Pombal, foi adquirida para a Biblioteca Nacional de Lisboa. Cf. *Dicc. Bibliographico*, vol. 16, p. 411-412.

não tivesse estado Manuel da Maia, o português que, por certo, todos os bibliotecários e arquivistas recordaram com gratidão em 17 de Setembro deste ano de 68!

Voltando-nos agora, para o presente, chegou a altura de perguntar: quantos centenários hão-de correr ainda sobre esta figura histórica até que se chegue à solução de um problema inadiável?

Parece desnecessário lembrar que a velha construção de S. Bento, fragmentada em corredores estreitos e compartimentos exíguos, mal iluminada, jamais foi construída para servir de arquivo <sup>(1)</sup> e está em completo desacordo com as exigências da arquivística moderna, tanto na sua função passiva, isto é, de armazenagem documental, como na de agente activo do ensino e da cultura <sup>(2)</sup>.

Seria a melhor homenagem a prestar a Manuel da Maia, se num próximo 17 de Setembro o nosso mais importante arquivo tivesse instalação condigna (M. L. LEMOS).

### Uma edição da Agência Geral do Ultramar

Em comemoração do V Centenário do Nascimento de Pedro Álvares Cabral, a Agência Geral do Ultramar promoveu a reedição de um livro que se encontrava esgotado há quase três décadas. Trata-se de *Os sete únicos documentos de 1500 conservados em Lisboa referentes à viagem de Pedro Álvares Cabral* cuja primeira edição, a cargo de Fontoura da Costa, ocorrera por ocasião das solenidades comemorativas do Ano do Centenário (1940).

Os documentos coetâneos da época quinhentista, que aparecem de novo em volume, são os seguintes:

- 1) Carta régia da nomeação de Pedro Álvares de Gouveia para capitão-mor da Armada (Lisboa, 15 de Fevereiro de 1500).
- 2) Borrão original da primeira folha das instruções de Vasco da Gama para a viagem de Cabral (sem local e sem data).
- 3) Borrão original de algumas folhas das instruções régias (Regimento real) dadas a Cabral para a sua viagem (sem local e sem data).
- 4) Borrão original das instruções régias adicionais, sob a forma de carta, dadas a Cabral para a sua viagem (sem local e sem data).
- 5) Carta de D. Manuel ao rei de Calecute (Lisboa, 1 de Março de 1500).
- 6) Carta do achamento do Brasil, por Pêro Vaz de Caminha — dirigida a D. Manuel (Porto Seguro, ilha de Vera Cruz, 1 de Maio de 1500).
- 7) Carta de Mestre João, dirigida a D. Manuel (Vera Cruz, 1 de Maio de 1500).

### «A investigação, as bibliotecas e o progresso da Nação».

O nosso colega Dr. Carlos Estorninho, director da Biblioteca do Instituto Britânico, proferiu no passado dia 15 de Outubro uma palestra subordinada ao título :«A investigação, as bibliotecas e o progresso da Nação»;

<sup>(1)</sup> Tem a traça de um convento, e por isso inadaptável às novas funções.

<sup>(2)</sup> Cfr. FAVIER, Jean — *Les archives*. Paris, Presses Universitaires de France, 1959, p. 75-78 (sobre a evolução do conceito de arquivo).

Esta palestra, que teve lugar durante a reunião periódica do Rotary Clube de Lisboa, foi muito apreciada e deu origem a um animado colóquio entre os presentes, tendo sido salientado no mesmo a oportunidade do tema e a maneira como o nosso Colega o tratara, com perfeito conhecimento de causa.

Ao facto referiram-se vários jornais, especialmente «O Século» de 16 de Outubro, na sua p. 9, onde transcreve a duas colunas os extractos mais significativos da palestra do Dr. Carlos Estorninho.

### **Exposição bibliográfica sobre temas árabes e islâmicos**

Integrada no IV Congresso de Estudos Árabes e Islâmicos, realizou-se na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra uma exposição bibliográfica sobre temas árabes e islâmicos. Foram seus organizadores os Drs. Brian Franklin Head e Manuel Augusto Rodrigues, tendo este último, no acto da inauguração, sublinhado a importância da exposição e das obras vindas de várias casas editoras de livros da especialidade, da Europa e da América, de várias universidades, institutos e de particulares.

### **Inauguração de uma biblioteca fixa Gulbenkian em Estremoz**

Instalada provisoriamente no edifício da Misericórdia desta cidade, começou a funcionar com um total de quatro mil livros a 153.<sup>a</sup> biblioteca fixa Gulbenkian cuja inauguração ocorreu em 6 de Setembro último, estando presentes as autoridades mais representativas do município, bem como o Dr. António Quadros, director das bibliotecas fixas da Fundação.

O fundo inicial destina-se a ser aumentado com mais dois mil livros provenientes de uma biblioteca itinerante que funciona na área do concelho.

### **A Biblioteca da Associação Indo-Portuguesa em Moçambique**

Entre os 4 500 volumes desta biblioteca contam-se espécies valiosíssimas e raras tais como a edição em alemão de um tratado oftalmológico do médico goês Dr. Gama Pinto («Zu Zur Behanlung des Irivor»); uma peça épica indiana em tradução portuguesa do Dr. Bernardino Garcia («Xa Xacuntará»); «Xivaju Maharaja com sangue português», de Panduronga Pissurlencar, antigo bibliotecário em Goa; as obras do escritor goês Dr. Francisco Luís Gomes, entre as quais se contam «Bhramanes», traduzida hoje em várias línguas, e aquela que é considerada a melhor biografia de Pombal («Marquês de Pombal»), escrita em francês; a colecção completa dos boletins editados pelo Instituto Vasco da Gama de Goa (1).

Pois bem, estas espécies bibliográficas, que tendem a tornar-se cada vez mais preciosas pela sua raridade (algumas até exemplares únicos) representam também os vínculos materiais que nos prendem a um passado inalienável. É dever da Nação patentear às gerações futuras, conservando-o incólume, esse património inestimável que documenta a nossa permanência e acção civilizadora na Índia. Para tal, torna-se necessário dotar esta biblioteca com as verbas necessárias às despesas de conservação, restauro, encadernação de muitos livros raros que, sem essas providências, estão condenados a desaparecer.

(1) Editado regularmente até à invasão de Goa.

### Inaugurada em Viseu uma biblioteca brasileira

Em significativa homenagem ao Dr. José de Azeredo Perdigão, presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, o Brasil ofereceu à cidade de Viseu uma «Biblioteca Piloto» constituída por obras de autores de língua portuguesa no Brasil.

A inauguração da Biblioteca, que decorreu no dia 10 de Setembro passado, ficou assinada pela presença de duas personalidades brasileiras — embaixador e adido cultural do Brasil. Assistiu também ao acto inaugural o presidente da Fundação Gulbenkian, a quem o Município de Viseu prestou calorosa homenagem no decorrer da sessão.

### Em leilão a biblioteca do Dr. António Teixeira

Conhecido advogado e professor do Porto, de cultura requintada, grande apreciador de livros raros, o Dr. Américo Teixeira deixou uma biblioteca muito valiosa que no seu total perfaz quase 5 mil espécies sobre Bibliografia, História, Literatura e Arte, com edições de extrema raridade, desde os exemplares quinhentistas até às tiragens especiais numeradas.

Foi esta biblioteca que o conhecido livreiro-antiquário Arnaldo de Oliveira trouxe a leilão, ante a curiosidade e expectativa dos bibliófilos (Centro de Profilaxia, Praça do Príncipe Real, 5).

O leilão está a processar-se em três fases: a primeira iniciou-se em 21 de Outubro (até ao n.º 1555), a segunda em 6 de Novembro e a terceira terá início em 11 de Dezembro.

É com justificado interesse que recebemos o novo catálogo de Arnaldo de Oliveira (n.º 281/282/283), pois é sabido que estes catálogos constituem não só preciosos repertórios de raridades bibliográficas, como também documento talvez único de bibliotecas particulares que desaparecem.

### O livro e as artes gráficas

A Associação Industrial Portuguesa promove de 1 a 12 de Março do próximo ano, na Feira Internacional de Lisboa, a primeira exposição internacional dedicada unicamente ao livro e às artes gráficas. Esta interessante iniciativa denominar-se-á «Filgráfica - 69».

### VI Congresso Internacional de Arquivos, Madrid, 2-7 de Setembro de 1968

Graças a um subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian, tivemos a oportunidade de participar no VI Congresso Internacional de Arquivos, em Madrid, na primeira semana de Setembro, p. p., no desejo de «de visu et ex auditu» vir a saber o que, ao nível internacional, se pensava e resolveria sobre o premente problema da liberalização ou da restrição na consulta de documentos de arquivos.

É que um Congresso Internacional, marcado para a capital espanhola, de 2 a 7 de Setembro de 1968, teria como móbil principal a discussão desse momentoso e complexo tema, de que, ao presente, se está a ocupar, com algumas dificuldades a 3.ª Secção da Junta Nacional de Educação de que fazemos parte, como representante das Bibliotecas Municipais.

Na verdade, resultou positivo o meu desiderato, pois o VI Congresso Internacional de Arquivos, que teve alto nível, — à parte uma das sessões de trabalhos adiante referida —

honrando a Espanha e os seus Organizadores, debruçou-se em pleno sobre tal problema, discutindo-o em pormenor e votando na generalidade e com objectividade a liberalização, quase sem peias, como adiante assinalo.

Outros assuntos se debateram neste Congresso, que também registo, mas sobretudo este me mereceu, como aliás a quase todos os Congressistas, particular atenção.

A primeira sessão deste Congresso foi a da Assembleia Geral do Conselho Internacional de Arquivos no dia 3, às 9 h, realizada no Auditório Grande (cerca de 1 000 lugares sentados) da Casa Sindical, presidida pelo Dr. Étienne Sabbe, Presidente do C. I. A. e Arquivista Geral Honorário da Bélgica, o qual, após o seu discurso de abertura e depois de ter dado a palavra a alguns delegados presentes, que justificaram a posição dos seus países na orgânica do C. I. A., fez aprovar a seguinte ordem do dia: *a)* aprovação das Actas da Sessão de 1964 da Assembleia Geral; *b)* apresentação dos Relatórios do Tesoureiro, do Secretário e das Comissões; *c)* criação do Sector Regional do Sudeste da Ásia; *d)* debate geral sobre a actividade do Conselho.

Tudo se desenrolou naturalmente, destacando-se, como passo mais relevante, a modificação do sistema de quotização e os novos valores de quotas para todos os membros do Conselho, o que foi aprovado de harmonia com a Circular N.º 2161 do C. I. A., de 20-VI-68.

### A Sessão Inaugural

do Congresso, a que assistiram cerca de setecentos congressistas dos cinco continentes, representando 43 países — a Alemanha Federal, a Espanha, a França e a Itália deram os maiores contingentes a esta Assembleia — realizou-se cerca das 12 h do referido dia, no já citado Auditório.

Presidiu o Ministro da Educação e Ciência, Dr. José Luiz Villar Palasí, ladeado pelos Presidente do Comité Executivo do Conselho Internacional de Arquivos, Dr. Étienne Sabbe, Representante da U. N. E. S. C. O., Dr. Alfred Wagner, Subsecretário do Ministério da Educação e Ciência, Dr. Alberto Moureal Luque, Director-Geral das Bibliotecas e Arquivos, Dr. Luís Sánchez Belda, Vice-Presidentes do Comité Executivo do Congresso, D. Ignacio Rubio Mañé e Miguel Bordonau Y Mas, respectivamente Director do Arquivo Nacional do México e Director do Arquivo Histórico de Protocolos, de Madrid, Director Geral de Belas Artes, de Madrid, D. Florentino Pérez Embid, Presidente do Arquivo Alemão, Dr. Wolfgang Mommsen, de Koblenz, e Arquivista Honorário, Dr. R. Bahmer, de Washington.

Após algumas breves palavras de boas-vindas proferidas pelo Director-Geral dos Arquivos e Bibliotecas de Espanha, usaram da palavra o Presidente do Conselho Internacional de Arquivos, Mr. Sabbe, da Bélgica, que pôs em evidência o contributo da Espanha para a cultura universal, e o Representante da UNESCO, que expôs os planos deste Organismo para o biénio 1969-70.

Por último, pronunciou o discurso de abertura o Ministro da Educação e Ciência. Recordou que foi o Imperador Carlos V quem ordenou a recolha de todos os papéis das velhas Chancelarias Castelhanas na Fortaleza de Simancas, tendo seguidamente aludido aos principais arquivos espanhóis e, de modo singular, ao Arquivo Histórico Nacional, fonte inesgotável de vultosa e valiosa documentação. Acrescentou que, ao presente, a Espanha está empenhada na modernização das instalações dos seus arquivos, com vista a que, a um tempo, sejam garantia completa de segurança dos fundos que guardam, e ofereçam aos investigadores consulta mais cómoda e exequível, dando a conhecer que o seu maior empenho,

de momento, se fixa na construção de um grande arquivo para recolher toda a documentação administrativa dos órgãos centrais do Governo e cujos planos estão terminados. Acrescentou que já tinham sido adquiridos os terrenos para a sua construção, que se iniciará ainda no ano em curso. Ao terminar, o Ministro Villar Palasí disse que a Espanha continuará a manter a sua mais pura tradição arquivística.

### Sessão Plenária (I)

Foi esta, sem dúvida, a sessão do Congresso mais concorrida e movimentada, dado o interesse geral dos temas a discutir — o livre acesso aos arquivos e a utilização do microfilme, como meio de publicação — levada a efeito na manhã do dia 4.

Por virtude da ausência do Dr. Josef Goerner, Chefe da Secção Administrativa dos Arquivos de Praga, por motivos aliás bem conhecidos, presidiu aos trabalhos o Dr. Franjo Biljan, Director Geral dos Arquivos Jugoslavos, sendo vogais os Srs. Genadi Alexandrovich Belov, Director Geral dos Arquivos da Rússia, Dr. Mannsaker, representante da Suécia, Norris Rieger, dos Estados Unidos da América, Mario Briceño Perozo, Director do Arquivo Geral da Venezuela, Albert Leisinger, Assistente dos Arquivos de Washington, D. Maria del Carmen Gusman Plá, Directora do Arquivo da Fazenda, de Madrid, e o Dr. Charles Kecskeméti, Secretário do Comité Executivo do Congresso, que foi o Relator.

Vários foram os intervenientes, todos eles fortes defensores, à escala internacional, do acesso às fontes documentais nos arquivos, condenando a restrição injustificada e propondo *una voce*, que, em todos os países, as autoridades competentes procedam a um estudo profundo dos Regulamentos, atinente à consulta rápida e eficiente de toda a documentação e adaptem o regime de acesso aos arquivos às necessidades, cada vez mais prementes, da investigação científica, pois quanto mais liberais forem esses acessos mais desenvolvimento terá a cultura (*sic*).

A discussão generalizou-se depois a pormenores, alguns de certa importância, como o uo de «Cartão de Leitor», válido para a investigação em todos os arquivos do Mundo, o que aliás já se processa em toda a Espanha e está em estudo, na França; e o período de tempo a fixar, entre os 30 e os 80 anos, vetados à consulta de certos documentos, cuja divulgação possa causar reais prejuízos a outrem, não se chegando, porém, nestes e noutros aspectos a resultados positivos.

Algo semelhante se pediu acerca das facilidades para a microfilmagem, tendo sido aconselhado a todos os países o abandono de toda a política de restrição formal «a priori», aplicando-se as limitações que cada um julgue indispensável manter, mas com a suficiente elasticidade, de modo a responder às necessidades da investigação científica.

\*  
\*   \*   \*

Na mesma sessão de trabalhos foi apresentado pelo Dr. Albert Leisinger, de Washington, um curioso e bem elaborado estudo informativo do Grupo de trabalhos do C. I. A. sobre a utilização publicitária de microfilmes. Ali se documenta que em 40 países, tão só os os Arquivos Centrais ou Nacionais produzem anualmente 25 milhões de negativos de microfilmes e que a produção anual de microfilme ascende a 150 milhões de imagens, somente em 26 países.

Como complemento do atrás exposto acerca destes momentosos problemas, foram ali distribuídas:

- La Liberalización em Materia de Acceso a los Archivos y de Política de Microfilmación, por M. Charles Kecskeméti, Secretário del C. I. A.
- Comité de Microfilm del Consejo Internacional de Archivos — Informe por Mr. A. N. Leisinger Jr., Secretário da Comissão de Microfilmagem do C. I. A. (Acompanhado do Questionário e dos 2 Apêndices a que se reporta a NOTA de p. 12 daquele Relatório).
- Report of the Microfilming Committee, idem, idem.
- Microphotography for Archives, by Albert H. Leisinger, Jr., Secretary, Microfilming Committee.

### Na Sessão Plenária (II)

Realizada na manhã do dia 5, a que presidiu o Dr. Wolfgang Mommsen, da Alemanha Federal, o Prof. Dr. Leopoldo Sandri, Vice-Presidente Geral dos Arquivos de Itália, apresentou o estudo pleno de interesse: Metodologia da História dos Arquivos, tendo abordado, com profundos conhecimentos (no que foi muito elogiado e aplaudido), um tema que, de forma tão positiva, vem contribuindo para o conhecimento mais exacto da História da Humanidade.

### Na Sessão Plenária (III)

Que se efectuou na manhã do dia 6, presidida pelo Dr. R. Bahmer, Arquivista Honorário dos Estados Unidos, a exposição à Assembleia esteve a cargo do Dr. António Matilla, Inspector Geral dos Arquivos da Espanha, que dissertou largamente sobre o tema — «Os Arquivos da Administração».

### Sessões das Secções

Tivemos ainda possibilidade de assistir às Sessões da «Secção de Restauro», no dia 3, e da «Secção de Sigilografia», no dia 5, ambas realizadas às 16 h., na Sala D do 4.º andar.

A primeira destas Sessões, presidida pelo Sr. K. Bhargava, director dos Arquivos da União Indiana e secretariado pelo Sr. Roger Ellis, Arquivista de Londres, foi, sem dúvida, o «calcanhar de Aquiles» do Congresso, quer pelo desmérito das intervenções, quer pela indisciplina com que decorreu, sem embargo das afirmações do Dr. Mario Briceño Perozo, da Venezuela: «É certo que os Estados Unidos utilizam com comprovado sucesso o método «lamina-lavado», rápido e eficiente, mas a última palavra é, sem dúvida, de Nova Delhi.

A técnica de restauro usada pela Índia, conhecida pelo nome «laminado a mano», estôu crente, revolucionará o mundo, além do mais, por ser mais económica e eficiente do que nenhuma outra».

Na segunda sessão, a referente à Sigilografia, presidida pela Dr.<sup>a</sup> Andrée Scufflaire, Chefe de Trabalhos dos Arquivos Gerais da Bélgica, de que foi secretário-relator, Mr. Yver Metman, conservador dos Serviços dos Arquivos Nacionais de Paris, foram aprovadas as seguintes recomendações:

- 1) — que o Conselho Internacional dos Arquivos chame a atenção dos seus membros para a irregularidade excessiva dos trabalhos sigilográficos e tome disposições eventualmente financeiras, para permitir uma campanha fotográfica incidente sobre os selos mais antigos ou mais ameaçados.

- 2) — que, na falta de moldagem, sejam estabelecidas fichas sobre o modelo internacional, mesmo se as rubricas mais importantes forem as únicas preenchidas;
- 3) — que, nos países em que os selos medievais são praticamente todos conhecidos, se dediquem doravante a levantar os carimbos de cera impressos nos documentos do séc. XVI ao séc. XX.
- 4) — que, em todos os países em que se ponham problemas sigilográficos, uma difusão científica e cultural chame a atenção do mundo erudito e universitário para a importância dos selos.
- 5) — que, na falta duma exposição itinerante de selos, a realizar ulteriormente, se faça e se difunda um estojo pedagógico de moldes, concebido sobre o plano internacional, e destinado às Universidades do mundo inteiro.
- 6) — que os relatórios dos trabalhos do Comité Internacional de Sigilografia sejam impressos e difundidos num boletim publicado sob a égide do C. I. A.

### Sessão de Encerramento

Ao fim da tarde do dia 6 de Setembro e ainda no Auditório Grande da Casa Sindical e sob a presidência do Director Geral dos Arquivos e Bibliotecas de Espanha, Dr. Luis Sánchez Belda, teve lugar a Sessão de Clausura do VI Congresso Internacional de Arquivos, em que foram aprovadas as conclusões, votos e recomendações elaboradas pelas diferentes Comissões nas sessões referidas, entre as quais se destacaram as afirmações de que os arquivos são, antes de tudo e sobretudo, o património cultural de um país; que se torna necessário patentear ao mundo todos os arquivos — nacionais ou administrativos — pois tal herança é de todos; que cada país tem o iniludível dever de fomentar o estudo desse património, consagrando-lhe o máximo interesse e plena dedicação.

Foi resolvido, também, que o próximo Congresso Internacional dos Arquivos se realizasse na Rússia, tendo sido eleitos, por aclamação, para Presidente, o Dr. Luiz Sánchez Belda (Espanha), Vice-Presidentes, Drs. Mario Briceño Perozo (Venezuela) e Genaddio Alexandrovich Belov (Rússia) e Vogais, Drs. Antol Izedo (Hungria), Franjo Biljan (Jugoslávia), H. Johnson (Inglaterra), Wolfgang Mommsen (Alemanha Federal), Guy Duboscq (França), Hvidfeldt (Dinamarca), James Rhoads (E. U. A.) e J. Akita (Ghana).

Usaram então da palavra o Dr. Giovanni Antonelli, director do Serviço Técnico dos Arquivos de Roma, e o presidente cessante, Dr. Étienne Sabbe, Arquivista geral da Bélgica, que agradeceram as atenções recebidas — que muitas foram — por parte das autoridades espanholas, salientando ser deveras honroso para a Espanha encontrar-se este país na primeira linha do campo arquivístico.

O novo presidente, Dr. Luiz Sánchez Belda, em seguida, expressou o seu muito reconhecimento à Assembleia pela distinção recebida, protestando suprir com a máxima dedicação os méritos, que lhe escasseiam, dos seus ilustres predecessores, e finalmente, declarou encerrados os trabalhos do VI Congresso Internacional dos Arquivos.

### Notas

Todas as sessões do VI Congresso Internacional dos Arquivos — C. I. A. — se desenvolveram de 2 a 7 de Setembro, p. p., de harmonia com o programa anexo, na Delegação Nacional dos Sindicatos, também conhecida por Caixa Sindical, edifício moderno e monumental, sito no Passeio do Prado, 19-20.

A Delegação de Portugal ao Congresso, constituída por 5 elementos, era chefiada pelo Sr. Dr. Luís Silveira, Inspector Superior das Bibliotecas e Arquivos, que tinha como adjunto a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> D. Maria Teresa Barbosa Acabado, Conservadora do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Os outros componentes, além de nós, foram a Dr.<sup>a</sup> D. Mariana Machado Santos, directora da Biblioteca da Ajuda, e o Dr. Mário Alberto Nunes Costa, Director da Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas.

Os idiomas oficiais do Congresso foram o espanhol, o francês, o inglês e o alemão, tendo sido distribuído a cada congressista um aparelho receptor para a tradução simultânea, de funcionamento perfeitíssimo.

A Casa Rank-Xerox apresentou, no 3.º andar do edifício, uma interessante e útil exposição do seu material, tendo brindado ainda os Congressistas, ao fim da tarde do dia 3, na Sala A do 1.º piso, com uma conferência do Dr. Luís Solano Fleta, subordinada ao tema: «A Xerografia na prática arquivística e bibliotecária». Pena foi que este curioso trabalho não fosse ilustrado com projecções.

O programa social do Congresso foi deveras cativante e ficou-se devendo à generosa magnanimidade do Presidente da Associação Nacional dos Arquivistas e Bibliotecários, Director Geral dos Arquivos e Bibliotecas, Director Geral da Promoção do Turismo e das Firmas STRFOR — Forges de Strasbourg, S. A., MEPANSA — Metálicas de Pamplona, S. A. e RANK-XEROX, sendo os números mais salientes: almoços volantes (vinho espanhol), nos dias 3, 4, 5 e 6; recital de piano, ao fim da tarde do dia 4, no Teatro Real, pelo pianista espanhol D. Joaquín Achucarro e visitas a Aranjuez ou ao Escorial, Palácio Nacional de Madrid, Museo-Monasterio de las Descalzas Reales, e outros Museus, Fábrica de Tapetes, Panorâmica de Madrid, etc. (ANTÓNIO VÍTOR GUERRA).

### Uma exposição de livros franceses dedicados à juventude

Com a assistência de numerosas individualidades nacionais e estrangeiras, entre as quais o presidente da Fundação Gulbenkian e o comissário nacional da M. P. em representação do ministro da Educação Nacional, embaixadores da França e da Áustria em Lisboa, adido cultural junto da Embaixada de Espanha, etc., etc., o director dos Serviços de Informação do S. N. I., Dr. Caetano de Carvalho, inaugurou no dia 15 de Outubro num dos salões do Palácio Foz uma exposição subordinada ao tema: «Livro francês para a infância e a juventude».

A inauguração foi precedida por um encontro com os representantes da imprensa, cujo objectivo foi o de prestar esclarecimentos sobre a finalidade e significado da exposição. Estiveram presentes o conselheiro cultural da Embaixada de França, Dr. Robert Perrond, o presidente do Comité Permanente das Exposições do Livro Francês e das Artes Gráficas, M. Ferrier, o delegado dos editores franceses e Júlio Vivar Salgado, do Serviço Cultural da Embaixada de França.

Este último ao salientar o interesse do certame em que se viam mil e quinhentas obras francesas destinadas a jovens entre os oito e dezoito anos, abrangendo uma grande variedade de temas (arte, geografia, civilizações antigas, história, desporto, aventuras, religião, conto, poesia, romance, novela e séries de extractos dos melhores clássicos franceses), pôs em evidência a atenção que os editores franceses dispensam à juventude, facto que determina uma larga percentagem de edições desta natureza, com tendência a ultrapassar actualmente os 12 por cento do total de publicações francesas.

## Reunião do Comité Internacional do ICOM e normalização internacional da documentação sobre colecções de museus

De 15 a 18 de Julho de 1967 reuniu-se em Praga um Comité do Conselho Internacional dos Museus (ICOM), que se ocupou de problemas de documentação relativa a museus e museologia.

O grupo de especialistas acentuou o interesse em fixar uma normalização internacional para a documentação neste sector e, com vista a esse fim, recomendou os seguintes princípios:

- 1 — Que se adopte uma única ficha descritiva, válida para todos os tipos de colecções.
- 2 — Que esta ficha traga a notação da CDU correspondente ao objecto catalogado.
- 3 — Que para cada tipo de objectos se fixe uma fórmula analítica padrão.
- 4 — Que as normas de catalogação adoptadas sejam compatíveis com a automatização.
- 5 — Que se estude a terminologia peculiar à museologia e à descrição dos objectos e espécimes dos museus.
- 6 — Que se constituam grupos de trabalho encarregados de estabelecer normas em certos domínios (iconografia, ciência militar, instrumentos musicais, etc.).

Para esse programa ser posto em prática é necessário que a Comissão Central da CDU dê maior desenvolvimento às secções da classificação relacionadas com as colecções de museus, trabalhando em coordenação com a ISO e em especial com as comissões encarregadas de assuntos de terminologia, documentação e tratamento de dados.

O grupo de especialistas recomendou que na reunião seguinte do Comité Internacional do ICOM (1968) a Checoslováquia apresentasse através do organismo competente (Departamento Central Checoslovaco de Museologia e de Investigação Regional) um estudo dos problemas da documentação sobre museus e museologia. Por último, o Centro de Documentação Unesco/ICOM com a participação da Comissão Central da CDU prepararia uma classificação museográfica.

## O ensino da Biblioteconomia em Espanha

No corrente mês de Outubro começou a funcionar em Navarra uma nova Escola de Biblioteconomia destinada à preparação profissional das futuras bibliotecárias.

O plano de estudos prevê três cursos: elementar, médio e superior — todos eles subordinados a duas orientações predominantes:

- a) ensino da técnica biblioteconómica (tanto em aulas práticas, como teóricas);
- b) iniciação ou aprofundamento dos principais idiomas.

São exigidos às candidatas uma sólida cultura geral e um diploma pré-universitário.

A criação desta Escola responde à crescente procura de pessoal especializado para trabalhar nas bibliotecas humanísticas e científicas espanholas, com a indispensável preparação específica orientada para a documentação e para a informação bibliográfica.

## As bibliotecas e as celebrações no Ano dos Direitos do Homem

Em 10 de Dezembro de 1948 a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamava a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Vinte anos decorridos sobre esta data, a mesma Assembleia, comemorando o aniversário do acontecimento, decidiu que o ano de 1968 ficasse assinalado como o Ano Internacional dos Direitos do Homem.

As bibliotecas de todo o mundo são convidadas a participar na manifestação. Assim, o Conselho da American Library Association toma a iniciativa, propondo que todas as biblio-

tecas dos Estados Unidos da América organizem exposições sobre o tema e divulguem o texto da Declaração Universal.

Em colaboração com a Comissão Nacional dos Estados Unidos da América na Unesco (e outros organismos cívicos e profissionais), a ALA participa na celebração.

## NOTÍCIAS VÁRIAS

\* O nosso colega José Manuel Mota de Sousa, que durante o ano lectivo de 1967-68 obteve uma bolsa de estudo da Fundação Calouste Gulbenkian para frequentar a «École Nationale Supérieure de Bibliothécaires» em Paris, concluiu o seu curso, tendo obtido o Diplôme Supérieur de Bibliothécaire da referida Escola.

Por parte da mesma Fundação foi-lhe concedida a renovação da bolsa neste próximo ano lectivo, a fim de, sob o patrocínio da «Direction des Bibliothèques de France», efectuar estágios na «Bibliothèque Nationale de Paris», na «Bibliothèque Municipale de Tours», no «Centre National de Recherche Scientifique» e em várias bibliotecas universitárias francesas.

A Fundação Calouste Gulbenkian concedeu também uma bolsa de estudo, durante nove meses, à nossa colega Isabel Maria Vilares Cepeda, bibliotecária da Biblioteca Nacional de Lisboa, para aperfeiçoamento em biblioteconomia em bibliotecas de França, Bélgica e Suíça.

\* Realizou-se em 20 de Agosto em Francfort-sobre-o-Meno, a reunião dos bibliotecários parlamentares e administrativos da Federação Internacional das Associações de Bibliotecários.

\* O nosso colega Armando Carneiro da Silva, a quem Coimbra muito deve pelas suas frequentes e valiosas contribuições para a história da cidade, vem uma vez mais enriquecer a bibliografia sobre Coimbra com a publicação de uma obra intitulada «Medalhística Coimbrã».

«Cadernos» prestam homenagem ao investigador íntegro e ao bibliotecário dedicado que sempre tem lutado pela valorização da Biblioteca Municipal, permitindo assim que esta venha cumprindo cada vez melhor a sua função educativa.

\* Decreto-Lei n.º 48 479.

Considerando que a experiência mostrou por forma inequívoca a conveniência de os funcionários técnicos (bibliotecários e conservadores) das bibliotecas privativas das faculdades e escolas e institutos universitários serem integrados no quadro único a que se refere o art. 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965;

Considerando que nesse sentido têm representado as autoridades académicas;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. O § único do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965, passa a ter a seguinte redacção:

§ único. Exceptuam-se do disposto neste artigo os professores providos nos lugares a que se refere a alínea b) do artigo 12.º. (*Diário do Governo*, I Série, n.º 169 — 1968.07.18).

\* O Decreto-Lei n.º 48 498, que introduz modificações nos quadros do pessoal e na orgânica dos Serviços do Ministério das Obras Públicas, mantém o primeiro bibliotecário-arquivista na categoria K (*Diário do Governo*, I Série, n.º 174 — 1968.07.24).

\* O Decreto-Lei n.º 48 516 determina que os funcionários do Supremo Tribunal Administrativo passem a constituir um quadro privativo, deixando de fazer parte do quadro único

previsto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 39 889 e no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 42 593, e estabelece nos artigos 5.º e 9.º:

Art. 5.º Ao arquivista incumbem, designadamente:

- 1.º A guarda e catalogação de todos os processos findos ou como tal considerados;
- 2.º A passagem de certidões respeitantes aos processos arquivados;
- 3.º A catalogação da biblioteca;
- 4.º A organização e actualização de ficheiros de legislação, jurisprudência e doutrina.

Art. 9.º O lugar de arquivista será provido, mediante concurso documental, de entre licenciados em Direito, sendo motivo de preferência a Classificação de *Bom* ou superior e ainda o perfeito conhecimento de duas línguas estrangeiras.

§ 1.º O conhecimento das línguas estrangeiras será comprovado por documentos passados por instituições idóneas ou mediante a prestação de provas escritas e orais.

§ 2.º A prestação de provas efectuar-se-á perante um júri nomeado pelo presidente do Supremo Tribunal Administrativo e constituído por um dos juizes do Tribunal, que será o presidente, e por dois professores das respectivas línguas. O mapa anexo a este diploma, no qual se fixa o número, designação e remuneração dos funcionários do Supremo Tribunal Administrativo inclui um arquivista na categoria K. (*Diário do Governo*, I Série, n.º 185 — 1968.08.06).

\* Jorge Manuel Frias de Gouveia e Cró, director da Biblioteca de Moçambique — convertida a licença da Junta de Saúde do Ultramar em cento e cinquenta dias de licença graciosa, nos termos do artigo 246.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 208 — 1967.09.03).

\* O «Diário de Notícias» de 23 de Outubro do corrente ano publica o seguinte anúncio na pág. 22:

ARQUIVISTAS — Precisa-se para part-time, depois das 19 h., com muita prática de organização e manipulação de ficheiros alfabéticos. Pretende-se pessoa idónea e muito responsável. Resposta indicando idade e demais referências ao Rossio, 11, n.º 624 — Lisboa.

## LUGARES QUE FORAM POSTOS A CONCURSO

São avisados os segundos-bibliotecários e os segundos-conservadores do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), bem como os terceiros-bibliotecários e os terceiros-conservadores do mesmo quadro com, pelo menos, três anos de serviço nesta categoria, de que podem requerer, nos termos do art. 15.º do citado decreto-lei, o seu provimento nos seguintes lugares:

De segundo-bibliotecário:

Um lugar na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Um lugar na Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Um lugar na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Um lugar na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Um lugar na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora.

Um lugar na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga.

De segundo-conservador:

Um lugar no Arquivo Distrital do Funchal.

Os requerimentos, acompanhados da declaração a que alude o Decreto-Lei n.º 27 003, de 14 de Setembro de 1936, devem dar entrada nesta Direcção-Geral dentro do prazo de quinze dias, a contar da publicação do presente aviso no *Diário do Governo*. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 187 — 1968.08.08).

Nos termos dos artigos 12.º e 14.º e seu § 1.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965, é aberto concurso para provimento dos seguintes lugares do quadro referido no art.º 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 499, de 18 de Julho de 1968):

De terceiro-bibliotecário:

Um lugar na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Um lugar na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada.

Dois lugares na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Um lugar na Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

De terceiro-conservador:

Um lugar na Biblioteca da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto.

Um lugar no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Um lugar no Arquivo Distrital do Porto.

Um lugar no Arquivo Distrital de Viseu.

Um lugar no Arquivo Distrital de Setúbal (director).

Um lugar na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Leiria (director).

Podem concorrer:

a) As pessoas habilitadas com o curso de Bibliotecário-Arquivista;

b) As pessoas que, embora ainda não habilitadas com o curso de Bibliotecário-Arquivista, já possuam aprovação nos exames finais de todas as disciplinas do mesmo curso;

c) As pessoas habilitadas com um curso superior.

Os requerimentos deverão dar entrada nesta Direcção-Geral no prazo de 30 dias, a contar da publicação do presente aviso no *Diário do Governo*. (*Diário do Governo*, II série, n.º 187 — 1968.08.08).

São avisados os primeiros-bibliotecários e os primeiros-conservadores do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), bem como os segundos-bibliotecários e os segundos-conservadores do mesmo quadro com, pelo menos, três anos de serviço nesta categoria, de que podem requerer, nos termos do artigo 15.º do citado decreto-lei, o seu provimento no lugar de primeiro-conservador (director) do Arquivo Distrital do Funchal.

Os requerimentos, acompanhados da declaração a que alude o Decreto-Lei n.º 27 003, de 14 de Setembro de 1936, devem dar entrada nesta Direcção-Geral dentro do prazo de quinze dias, a contar da publicação do presente aviso no *Diário do Governo*. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 188, 1968-Agosto-9).

### **Câmara Municipal de Lisboa**

Lista definitiva dos candidatos ao concurso documental para terceiro-bibliotecário do quadro do pessoal maior dos serviços especiais, a que se refere o aviso publicado no *Diário do Governo*, n.º 56, III Série, de 6 de Março do corrente ano:

Candidatos excluídos:

Por desistência: Juvenália Pontes Coelho Borges.

Por não ter completado o processo respectivo com a junção dos documentos indicados nas alíneas do aviso publicado no *Diário do Governo*, n.º 134, III Série, de 5 de Junho último: Maria Stela Costa Correia.  
(*Diário do Governo*, III Série, n.º 213 — 1968-Setembro-9).

### MOVIMENTO BIBLIOTECÁRIO

\* Maria Natália Paiva Nunes da Gama Carvalho, terceira-conservadora do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965, em serviço no Arquivo Nacional da Torre do Tombo — exonerada, a seu pedido, por ter sido provida noutro lugar. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 174 — 1968-Julho-24).

\* Licenciada Maria Laura da Silva Pereira — aprovado o termo do contrato para, como terceiro-bibliotecário do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965, prestar serviço na Biblioteca Nacional de Lisboa. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 174 — 1968-Julho-24).

\* Licenciado Jorge Manuel Frias de Gouveia e Cró — exonerado, a seu pedido, de segundo-bibliotecário da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (*Diário do Governo*, II Série, n.º 180 — 1968-Julho-31).

\* Licenciada Maria Fernanda Ferreira de Melo Gomes, terceira-bibliotecária da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa — rescindido, a seu pedido, o respectivo contrato, a partir de 11 de Julho de 1968 (*Diário do Governo*, II Série, n.º 182 — 1968-Agosto-2).

\* Licenciado Luís Silveira, inspector superior das Bibliotecas e Arquivos — concedida missão oficial fora do País de 17 a 25 de Agosto do corrente ano, nos termos dispostos na alínea c) do artigo 4.º e do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 46 038, de 16 de Novembro de 1964. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 185, 1968-Agosto-6).

\* Licenciada Rosalina Branca da Silva Cunha, aspirante da Academia Portuguesa da História — prorrogada por mais um ano, a partir de 1 de Junho do corrente ano, a equiparação a bolseiro no País, com dispensa do serviço oficial, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 2.º e do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 46 038, de 16 de Novembro de 1964. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 185, 1967-Agosto-6).

\* Licenciada Reinalda de Jesus Branca Catarino Afreixo — nomeada primeira-bibliotecária do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965, para prestar serviço na Biblioteca Nacional de Lisboa. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 186, 1968-Agosto-7).

\* Licenciada Maria Stela Costa Correia — aprovado o termo do contrato para, como terceiro-bibliotecário do quadro referido no art. 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965, prestar serviço na Biblioteca Nacional de Lisboa. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 188, 1967-Agosto-9).

\* Licenciada Reinalda de Jesus Branca Catarino Afreixo, segunda-bibliotecária do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965, em serviço na Biblioteca Nacional de Lisboa — exonerada, a seu pedido, por ter sido provida noutro lugar. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 208, 1968-Setembro-3).

\* Foi nomeado bibliotecário da Biblioteca Nacional de Macau, o Dr. Henrique de Senna Fernandes, que exercia interinamente as funções de director do C. I. I.